

desde 1997. Os artigos examinados procedem da Saúde Coletiva, Enfermagem, Medicina e Psicologia, não predominando uma área sobre a outra; abordam a assistência e são incipientes os estudos nacionais.

No sétimo capítulo, João Luiz Dornelles Bastos, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Eduardo Faerstein (Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IMS/UERJ), epidemiólogos, admitem a incipiência do estigma e do preconceito nos estudos epidemiológicos. Analisam os conceitos de estereótipo, preconceito e discriminação, destacando o uso deste último nos estudos, comentados, detalhadamente, ao lado da formulação de um instrumento para aferi-la.

Kenneth Rochel de Camargo Jr., médico e professor do IMS/UERJ, aborda as relações entre epidemiologia e ciências sociais e humanas. Comentando o capítulo anterior, admite obstáculos à epidemiologia para realizar pesquisas sobre o preconceito e a discriminação, ignorando a teoria social. Examina estudos sobre aquelas relações, apontando a necessidade do trabalho interdisciplinar.

Sérgio Carrara, antropólogo do IMS/UERJ, no nono capítulo, discute a discriminação, políticas e direitos sexuais no Brasil. Enfatiza a política sexual dirigida à população LGBT. Traça arenas do debate e das iniciativas, sem ser exaustivo, admitindo a complexidade, as inovações e rupturas ocorridas, ao lado das ambiguidades, contradições e defasagens que impedem apontar, definitivamente, o desfecho das proposições e das conquistas.

No décimo capítulo, a antropóloga Luciane Ouriques Ferreira, pós-doutoranda em Epidemiologia (ENSP/Fiocruz), admite o estigma e o preconceito aos povos indígenas, comprometedores das iniciativas de melhoria de suas condições de vida e saúde, do acesso às áreas urbanas, onde mulheres e crianças mendigam.

Jo Phelan, Bruce Link e John Dovidio, respectivamente, professores da Columbia University, New York e da Yale University, no último capítulo, analisam na literatura internacional os modelos de estigma e preconceito. Partem das funções dos conceitos, apontando três subtipos de modelos: dominação e exploração; aplicação de normas; e prevenção de doenças. Os conceitos se justapõem. Recomendaram desenvolver novas teorias e pesquisas.

Os textos procedem do Encontro Estigma e Discriminação: Desafios da Pesquisa e das Políticas em Saúde (realizado na Fiocruz em 2 de junho de 2011), frequentado por professores e pesquisadores das instituições acadêmicas nacionais de Saúde Coletiva; alguns internacionais e membros da Associação Brasileira Interdisciplinar da AIDS (ABIAIDS). A coletânea traduz as preocupações desse encontro, merecendo ser lida.

Estigma e preconceito, relacionados ao HIV/AIDS, predominam como objetos da coletânea, extensivos a outros eventos de saúde, médicos assistenciais e so-

ciais. Reivindica a extensão dos direitos civis, ultrapassando as discussões conceituais, sem prescindir da importância das pesquisas e das reflexões teóricas, ao desenvolvimento do conhecimento e suporte às políticas.

Ana Maria Canesqui
Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de
Campinas, Campinas, Brasil.
anacanesqui@uol.com.br

1. Conrad P, Barker KK. The social construction of illness: key insights and policy implications. *J Health Soc Behav* 2010; 51 Suppl:S67-79.

JOVENS EM RISCO SOCIAL: AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA ARMADA. Souza ER, Peres MFT, Constantino P, Boghossian CO, Ruotti C, Freitas TV, Vicentin D. Brasília: Ministério da Saúde/Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz/São Paulo: Editora Hucitec; 2013. 166p.

ISBN: 978-85-6480-631-3 (Editora Hucitec)

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XRE020215>

A magnitude da violência contra a juventude brasileira pode ser observada por alguns indicadores que permitem afirmar que este grupo de 15 a 24 anos se encontra em risco. Os homicídios, um desses indicadores, foram responsáveis por 39,3% de todas as mortes de jovens no Brasil, em 2011, atingindo, sobretudo, pessoas do sexo masculino, de cor da pele preta/parda, vivendo em territórios empobrecidos. A taxa de mortalidade por essa agressão fatal foi de 53,4 jovens por 100 mil habitantes, em 2011¹.

Esses dados ajudam a pensar a vulnerabilidade desse grupo de brasileiros, focado no livro *Jovens em Risco Social: Avaliação de Programas de Prevenção à Violência Armada*. Para seus autores, jovens em risco social são aqueles que estão na iminência de serem vítimas ou autores de violência.

A obra se destaca no campo dos estudos sobre juventude e violência por apresentar uma avaliação minuciosa de programas de prevenção da violência armada entre jovens, iluminando o que dá certo nestas iniciativas e também os desafios para se realizar a prevenção da violência que atinge este grupo social.

O livro é o segundo volume da série Avaliação de Experiências de Prevenção de Violência organizada por Edinilsa Ramos de Souza e Maria Cecília de Souza Minayo. Os autores apresentam de forma envolvente a avaliação de dois projetos sociais de prevenção à violência armada entre os jovens: Redescobrir o Adolescente na Comunidade/RAC, desenvolvido no Jardim Ângela, em São Paulo, e Luta pela Paz, que funciona na

Maré, Rio de Janeiro. Ambos localizados em áreas com altos índices de violência contra a juventude.

Na *Introdução* os autores trazem à tona os eixos centrais de toda a obra: a vitimização dos jovens das periferias urbanas pela violência e os programas de prevenção voltados para esta problemática. Apresentam ainda uma discussão bem fundamentada sobre os jovens como vítimas e aprendizes da violência, nas relações intrafamiliares e comunitárias; os fatores de risco para a violência juvenil, enfocados com base na perspectiva do modelo ecológico preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Constatam a existência de inúmeros programas sociais no Brasil com esse objetivo e também a escassez de avaliações que apontem os êxitos e limites dessas iniciativas.

No primeiro capítulo, *Programas de Prevenção da Violência entre Jovens: Um Caminho Teórico e de Práticas em Construção*, é apresentada a evolução dos conceitos de prevenção e promoção da saúde e sua aplicação subsidiando ações de superação da violência. Destacam três momentos de confronto com a questão da violência, sendo o primeiro mais focado na repressão e controle, o segundo no reconhecimento da multicausalidade deste fenômeno e de sua prevenção, e o terceiro na recuperação dos vínculos sociais e humanos, no qual parece se ancorar as iniciativas mais recentes que têm o objetivo de prevenção e promoção. Os autores brindam os leitores com uma ampla revisão da literatura nacional e internacional sobre as iniciativas/programas de prevenção de violência e de avaliações que identificam as boas práticas no campo da prevenção. Os conceitos de resiliência e de protagonismo juvenil se destacam como essenciais na prevenção da violência juvenil. Uma espécie de pequeno e prático “manual” de desenvolvimento de programas de prevenção subsidiados pelo diagnóstico do problema, o conhecimento do contexto comunitário, e avaliação e acompanhamento de sua implementação fecham o capítulo.

O capítulo 2, *Caminhos Metodológicos Percorridos*, está dividido em duas partes: a primeira indica como está constituído o estudo exploratório da área do entorno dos projetos avaliados, e a segunda descreve a avaliação propriamente dita. Valendo-se das premissas da avaliação por triangulação de métodos, estratégia tradicionalmente usada pelo grupo de pesquisadores/ autores do livro, a descrição deste caminho trilhado deixa claro o rigor metodológico que permitiu comparar os resultados encontrados nos dois projetos analisados. Nesse percurso foram criados indicadores que avaliaram estrutura, processo e resultados em quatro dimensões: jovem consigo mesmo, jovem e o outro, jovem e violência, e projeto.

Os capítulos 3, 4 e 5 apresentam descrições das áreas de estudo, características dos programas avaliados e dos jovens participantes do estudo, respectivamente. Nas áreas de estudo encontraram uma característica comum: a situação de vulnerabilidade social da população e, principalmente, dos jovens. Sobre os

programas é importante destacar que o RAC realizava atendimento a adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade e também a outros jovens da comunidade; o Luta pela Paz tinha como público alvo os adolescentes e jovens com históricos de envolvimento com violência armada. O primeiro financiado principalmente pelo setor público, e o segundo por instituições internacionais.

No capítulo 6, os autores dão visibilidade às *Vivências e Percepções dos Jovens sobre a Violência*. Os participantes dos programas avaliados se revelaram mais vítimas do que perpetradores de violência. Foram altas as proporções dos que foram vítimas diretas da violência mais grave e dos que testemunharam violência em seu bairro.

No capítulo 7, *Os Múltiplos Olhares Avaliativos*, os autores apresentam os indicadores quantitativos e qualitativos da avaliação dos dois projetos, bem como as percepções de seus atores (jovens e profissionais). Concluem a avaliação mostrando as fragilidades e as potencialidades para os programas alcançarem seu objetivo. Em breves palavras, o potencial do RAC firma-se na “promoção do desenvolvimento, calcada na transformação de valores, na capacitação profissional e na formação de vínculos” (p. 137). No caso do Luta pela Paz, seu potencial preventivo está no “estabelecimento de novas amizades; o amadurecimento em relação às responsabilidades e compromissos; a disciplina; o maior incentivo e disposição para o estudo e o trabalho; a melhora de seu temperamento e da maneira como se expressam; desenvolvendo maior respeito às diferenças e interferindo na sua visão de mundo” (p. 139).

No capítulo 8, as pesquisadoras reveem *O RAC e o Luta pela Paz: Três Anos Após os Estudos Avaliativos*, e atualizam informações para que o leitor tenha conhecimento do dinâmico processo de financiamento e de forças políticas que envolvem os projetos sociais. As mudanças foram substanciais. *O RAC* foi convertido em um Núcleo de Proteção Psicossocial Especial, incluindo os adolescentes em medida socioeducativa. *O Luta pela Paz* ampliou suas atividades e buscava superar as lacunas apontadas pela avaliação realizada e apresentada no livro.

Nas *Considerações Finais*, os autores retomam a importância da avaliação para a compreensão dos resultados de uma intervenção, sejam eles positivos ou negativos, e enfatizam a necessidade de inclusão de projetos de prevenção como esses nas agendas de políticas públicas intersetoriais para garantir sua sustentabilidade.

A leitura de *Jovens em Risco...* é indicada a estudiosos sobre o tema da juventude, da violência, da vulnerabilidade deste grupo às violências e ainda da avaliação. É indicado também a quem se dedica a desenvolver programas e projetos de prevenção à violência juvenil. Nessa leitura encontrará um trabalho sério, uma metodologia cuidadosa e replicável, e ainda um

incentivo para a implementação de avaliações de projetos de prevenção à violência.

Adalgisa Peixoto Ribeiro
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação
Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.
adalpeixoto@yahoo.com.br

1. Waiselfisz JJ. Homicídios e juventude no Brasil: mapa da violência 2013. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude; 2013.

PLÁGIO: PALAVRAS ESCONDIDAS. Diniz D, Terra A. Brasília: Letras Livres/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2014. 195p.

ISBN: 978-85-98070-36-0 (Letras Livres)

ISBN: 978-85-98070-37-7 (Editora Fiocruz)

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XRE030215>

O tabu do plágio na escrita acadêmica: uma saída do silêncio

Débora Diniz é pesquisadora da Anis (Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero) e docente da Universidade de Brasília (UnB). Os temas das pesquisas que desenvolve transitam nas áreas dos direitos humanos, feminismo, documentário, antropologia visual, saúde coletiva e bioética. Dentro do terreno da ética na pesquisa, um dos temas que tem interessado a autora são as práticas cotidianas dentro da vida acadêmica, e como ao explorá-las se abrem passagens para questionar e refletir sobre as relações sociais dentro da academia. Em 2012, dentro do livro *Carta de uma Orientadora: O Primeiro Projeto de Pesquisa*¹ explorou a relação de orientação docente-discente dentro das universidades brasileiras.

Nessa ocasião, aliou-se com a Ana Terra, linguista, tradutora, especialista em gramática e com ampla experiência na revisão de textos acadêmicos, para falar da ética na escrita, uma prática central dentro do mundo acadêmico. No livro *Plágio: Palavras Escondidas*, as autoras empreenderam a tarefa de fazer uma etnografia do plágio, um tabu dentro da academia, como o descrevem. Pareceria que o tema do plágio tem sido suficientemente explorado por manuais de metodologia e ética, porém as autoras problematizam o tema ao declararem que não existe total clareza dentro do processo pedagógico.

O que as autoras entendem por plágio? Definem o plágio como “uma apropriação indevida e não autorizada na criação literária” (p. 24). No primeiro capítulo, percorrem diversas descrições passando pelo jurídico, histórico e sociopsíquico. No entanto, enquadram a sua etnografia no campo da ética e da integralidade acadêmica, no terreno das ciências sociais, explorando

o plágio dentro dos papéis de leitor e autor de textos acadêmicos. Dentro do que as autoras contemplam como plágio, está o comum plágio-cópia, tomar um texto ou trechos exatos dele para um texto acadêmico sem nenhum reconhecimento do autor original. Mas ampliam essa descrição, ao apresentar um interessante conceito: o plágio-pastiche.

O termo plágio-pastiche foi construído mediante uma analogia com a arte. Significa tomar um original e fazer pequenas modificações, o que no caso dos textos acadêmicos significa modificar vocabulários, conectivos e fazer alterações de pontuação de um texto ou um trecho, mas ainda está presente a construção da ideia do autor original, o pesquisador não faz nenhum acréscimo argumentativo ou teórico, é uma modificação gramatical do original. Esse tipo de plágio escapa do olhar dos caça-plágios, pois, não responde à detecção da cópia exata de frases de sete ou nove palavras como operam geralmente tais sistemas. Esse tipo de plágio exige bons leitores para ser reconhecido. Se bem pastiche na arte pode gerar obras geniais, na academia pode ser considerado plágio.

Nesse sentido, dentro da obra se exploram os limites da intertextualidade. Abordam-se reflexões das fronteiras entre ela e o plágio, no marco da discussão pós-moderna do pertencimento das vozes autorais. O reconhecimento desses limites e a sua aplicação na escrita vão depender, afirmam as autoras, da sensibilização permanente em ambientes pedagógicos sobre o plágio. Mas, além disso, construir espaços para conhecer as regras da escritura, fazê-las explícitas. Ensino ao redor da leitura, da repetição, da síntese e da escritura devem ser permanentes, não autoevidentes. Portanto, as autoras se colocam num patamar mais educativo do que punitivo frente ao plágio.

Valendo-se dessa perspectiva, na obra se desenvolvem ensinamentos sobre boas práticas na escrita acadêmica. Os usos das práticas como citações textuais, paráfrases e normas de pontuação são explicitados por meio de pistas sobre frequência, respeito e economia na escrita. Processos de publicação, notas de leitura, software de bibliografia e uso de referências primárias e secundárias são refletidos para evitar acusações de plágio. As autoras trabalham sobre o não dito na ciência, explicitam as regras da comunicação acadêmica, traduzem as formalidades dos códigos de ética para pensar a cotidianidade da vida acadêmica.

Esses objetivos são atingidos pela passagem por diversas ramificações do plágio: plágio de dados, plágio de revisores, plágio de títulos, são exemplos delas. Mas essa passagem não é feita sem problematizar algumas das categorias de plágio estabelecidas dentro do relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tais como o autoplágio e o plágio de ideias². Quanto ao primeiro, plagiar-se é uma contradição, além de implicar um desgaste para o leitor em uma repetição desnecessária não tem as implica-